

POLÍTICA PÚBLICA, “COSTA RICA EMPRENDE”: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Raúl Fonseca Hernández*

Manuel Chaves Núñez**

Resumo

As ações para promover o empreendedorismo através da política pública chamada “Costa Rica Emprende” gera um impacto limitado sobre o desenvolvimento e crescimento dos empresários e / ou empregadores. Os principais aspectos positivos que são exibidos após três anos de implementação da política são: a criação de um apoio institucional, a melhoria das condições de competitividade como a simplificação dos procedimentos, a implementação de programas regionais ea criação do Sistema Nacional de incubação (SIN). No entanto, os resultados têm sido insuficientes, mostrando os principais

problemas em áreas como: pouco apoio para as PME exportadoras, redução do acesso a fontes de financiamento e falta de nascimento de empresas ligadas à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

Palavras-chave: “Costa Rica emprende”; resultados; empreendedorismo; Política Pública.

Abstract

Actions taken to promote entrepreneurship through public policy called “Costa Rica Emprende” had generated limited impact on the development and growth of entrepreneurs and / or business men. The main positive aspects that have been obtained after three years of implementation of the policy are: the establishment of an institutional support, improved competitive conditions as the simplification of procedures, implementation of regional programs and the creation of

* Master en Economía del Desarrollo, Escuela de Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Costa Rica. Correo: raul.fonseca.hernandez@una.cr

** Master en Economía del Desarrollo, Escuela de Economía, Universidad Nacional de Costa Rica. Correo: manuel.chaves.nunez@una.cr

the National System Incubation (SIN). However, the results have been insufficient, showing major problems in areas such as: little support for exporting SMEs, reduced access to sources of funding and lack of birth of enterprises linked to innovation and technology development.

Keywords: Costa Rica Empreende; results; entrepreneurship; Public Policy

Introdução

A geração de competitividade, ligada à inovação, o desenvolvimento tecnológico e a internacionalização produtiva das empresas são tarefas essenciais para o desenvolvimento econômico de qualquer país. Através da criação destas empresas são capazes de abrir novas oportunidades de emprego e melhorar a posição do país nos mercados internacionais. Em um esforço para consolidar uma estratégia para promover tais iniciativas no país tem implementado a política pública “Empreende Costa Rica.” Após três anos de período de execução 2010-2014, é possível realizar uma análise dos principais resultados obtidos e sugerir melhorias que permitem um maior impacto sobre a população-alvo desta política, empresários e MPMEs em Costa Rica.

Empreendedorismo e desenvolvimento de pequenas e médias empresas tornaram-se uma estratégia fundamental para o desenvolvimento econômico dos países. A geração de emprego e aumento da capacidade de

produção são necessárias para promover o crescimento da produção e da renda dos países; No entanto, a melhoria dos indicadores sociais depende da distribuição dos lucros gerados. A criação de pequenas e médias empresas (MPMEs) permite que o país para melhorar o seu nível de emprego, produção, a dinâmica econômica, melhorando a situação fiscal e redistribuição de recursos, melhorar o desenvolvimento de territórios específicos, entre outros benefícios. É por isso que a melhoria das políticas públicas orientadas para o empreendedorismo é uma tarefa necessária que deve ser permanentemente assumir.

Este artigo está dividido em quatro seções além desta introdução. A primeira seção apresenta o referencial teórico sobre o assunto. Na seção dois, o quadro jurídico de políticas de apoio à MPME e empreendedorismo está exposto. Na seção de três, a análise de cada uma das dimensões da política Costa Rica Empreende, é feito. A quarta seção apresenta as conclusões e recomendações que do estudo são delineadas.

Referencial teórico: Suporte Estado ao empreendedorismo e MPMEs.

Existem diferentes definições do termo “empreendedorismo” na literatura. Por exemplo, Rabboir, 1995;

Schnurr e Newing, 1997; Harper, 1996; citado em Chigunta de 2002 concluir que não há um consenso sobre uma definição única, uma vez que a área de estudo é muito dinâmico e está mudando com as contribuições de novas pesquisas e experiência, para aumentar o conhecimento disponível, o que dá uma evolução estável. No entanto mencionado no Chigunta 2002, um conjunto de qualidades que devem ter um empreendedor em geral e um agente de negócios: "iniciativa, inovação, criatividade e tomada de riscos no local de trabalho, utilizando competências adequadas que são necessário para o sucesso nesse ambiente e cultura ". Henricks e Schumpeter e Soriano, 2008 Chigunta de 2002, afirma que a inovação é o eixo presente em empreendedorismo.

A ausência de mercados perfeitamente competitivos e a vulnerabilidade da população em geral para começar um negócio justifica a intervenção do Estado por meio de instituições e programas de políticas públicas. De acordo com Soriano, de 2008, as instituições estão lançando as bases para as empresas seja ou não bem-sucedidos e geram ou não um benefício para a sociedade. Informação imperfeita e as dificuldades de acesso que justifica a criação de políticas públicas para apoiar o desenvolvimento de empreendedores. Além disso, geralmente as pessoas têm

um conhecimento limitado de habilidades de negócios, para que eles exigem treinamento e assistência técnica para ajudá-los a melhorar.

Informação imperfeita também gera um problema de risco moral por não ter as instituições financeiras para avaliar a capacidade de pagamento dos empresários que procuram crédito. Aspecto que é agravado por ter pouco ou nada à seu nome, para que eles sejam excluídos da possibilidade de optar por um crédito (Greene, 2005). Bancos e instituições financeiras em geral, oferecem pequenos padrões de empréstimos especializados e produtos que não incorporam em seus instrumentos de medição particularidades de empresários e donos de pequenos negócios.

Outros aspectos igualmente importantes e podem ser vistos em Costa Rica para justificar a intervenção do Estado na promoção das MPMEs. Ferguson e Ferguson (1994) indicam que os monopólios, os bens públicos, externalidades, os direitos de propriedade comuns, as diferenças entre as taxas sociais e privadas de retorno, são motivos para a intervenção do Estado em prol do empreendedorismo e próprias empresas geradoras. Hall e Sobel (2006) desenvolveu a idéia de que a economia deve assegurar a disponibilidade de capital de risco, mão de obra qualificada, tecnologia e infra-estrutura e a disponibilidade

de outros recursos e deve definir as regras do mercado, tais como tributação, regulamentação de negócios, sistema de liberdade econômica legal, judicial e garantir.

Enquadramento legal:

Apoio às PME

Na Costa Rica há um instrumento jurídico geral para apoiar e reforçar as pequenas e médias empresas: a Lei sobre o fortalecimento das pequenas e médias empresas (Lei No. 8262). O principal objetivo da legislação é “criar um quadro regulamentador que promova um desenvolvimento integrado de longo prazo que permitam o desenvolvimento produtivo do sector das PME e posição como um sistema estratégico de liderança, cuja dinâmica pode contribuir para o processo de desenvolvimento econômico e social do país através da criação de postos de trabalho ea melhoria das condições de produção e acesso à riqueza. “Da mesma forma, a lei de Zonas Francas com o que está isento de vendas e imposto de uso de reformar os seus fornecedores internos; lei PROCOMER para atender a exportação de reforma PME; finalmente reformar Lei do Banco Popular para que possa desenvolver fundos especiais para o financiamento de pequenas empresas.

Complementando o direito, a administração Chinchilla Miranda criou duas políticas públicas de apoio

às PME e particulares. Desenvolvimento de Políticas Públicas para as PME e Empreendedorismo (Política 1) ea Política Nacional de Empreendedorismo Empreende Costa Rica (2 Política), que será discutido nas seções posteriores. As dois guias de ação procuram à consolidação da Rede de Apoio e do Sistema Nacional de Incubação e Aceleração. Da mesma forma, ambas as políticas procuram incentivar a formação e assistência técnica para melhorar os negócios, abordando a questão do financiamento para as PME, para melhorar os canais de informação, desenvolvimento e inovação tecnológica, exportação e internacionalização.

A Política 1, concentra esforços principalmente em empresas que estão operando e fornece suporte geral para o sector, que giram em torno da promoção de parcerias, ligações e simplificação dos procedimentos. Enquanto a Política 2 promove apoio para pessoas que desejam iniciar um negócio ou consolidá-la.

A política de Costa Rica Empreende é baseada em oito ações estratégicas, que são:

- Desenvolvimento Empreendedor
- Articulação Institucional
- Acompanhamento Empresarial
- Sistema Nacional de incubação

- Inovação e desenvolvimento tecnológico
- Informação e monitoramento do sistema
- Oportunidades Bancários
- Promoção de empreendimentos de exportação

Análise dos resultados: Emprende Costa Rica.

A aplicação da política de Costa Rica Empreende tem produzido bons resultados em algumas áreas e mostra que são precisos mais progressos para garantir um maior impacto sobre a população-alvo. Os principais resultados da política pública para a promoção do empreendedorismo implementado no país desde 2010, serão discutidas em geral e para o 2014 resultado será considerado como seis principais conclusões que podem ser extraídas a partir da informação recolhida.

A pesquisa apresentou dois obstáculos principais. O primeiro está relacionado com o acesso público limitado à informação sobre os resultados de todos os eixos de ordem pública, ea falta de sistematização ou acompanhamento pelo Reitor (MEIC) Ente sobre o assunto. Além disso, reconhecendo o curto espaço de tempo entre a aplicação da política e da presente análise (quase 4 anos), é um aspecto que pode limitar

a reflexão de alguns resultados em tempo irá analisar estatísticas. Apesar disso, importantes achados que poderiam ser considerados para aumentar o impacto da política pública e contribuir para a formulação de políticas públicas que são gerados e implementadas nos próximos quatro anos (2014-2018).

Informações de apoio do estudo foram coletados a partir de fontes primárias e secundárias. As consultas foram realizadas por telefone e e-mail para os serviços da Direcção-Geral das Pequenas e Médias Empresas, a Unidade de Planejamento Consultivo eo Reclamações Serviço MEIC e do Ministério do Planejamento. Além disso, várias fontes secundárias contendo estudos sobre o assunto (ver bibliografia) foram consultados. Finalmente, um levantamento de dados primários foi realizado através de uma pesquisa por telefone feita entre 14 e 21 de Maio de 2014 as incubadoras e aceleradoras inscritos no MEIC.

O país melhorou simplificação dos procedimentos e da competitividade internacional.

Um resultado muito positivo para o país é melhorar a facilidade de fazer negócios, algo que impacta positivamente sobre a competitividade internacional. De acordo com o

Índice de Negócios do Banco Mundial Banco Mundial, a Costa Rica é um dos 10 países mais avançados em relação aos restantes 185 participantes Statistics afirma. Ele faz isso através da melhoria dos indicadores de empreendedorismo, licenças de construção, obtenção de crédito e pagamento de impostos.

O conjunto de melhorias implementadas reduzir o tempo necessário para uma empresa nacional ou estrangeira a investir no país. É reduzida em média em 34%, passando de 187 dias para 123 Apesar da significativa redução, o trabalho deve continuar a imitar as melhores práticas que se aplicam a países onde o tempo para abrir uma empresa é melhor do que uma semana. Isto é conseguido através da aplicação das seguintes medidas específicas (Banco Mundial, 2013): Eles simplificar e unificar os procedimentos necessários para iniciar um negócio no país que reduz o tempo 59,5-24 dias; O custo como um percentual da renda per capita foi reduzida em um ponto percentual; O número de passos necessários é reduzido para solicitar licenças de construção, em 2010, foram necessários 20 licenças, 14 licenças em 2013, foram necessários; A estrutura tributária é simplificada, isso levanta o número de pagamentos de 41-22 entre 2010 e 2013 é reduzida; Obtenção de crédito (será discutida em uma seção separada). Cobertura de entidades privadas de

56% para 100% melhorada. (Ministério do Planejamento, 2014).

Encontra-se institucionalizado e apoiar as PME regionalizadas, no entanto, tem impacto limitado.

De acordo com a Lei 8262 e Costa Rica Compromete-se a política é conseguido institucionalizar novas figuras apoio organizacional para as PME e dar suporte legal para fornecer vários suportes para o setor. Foi criado e fomentado a instalação da organizações SME Expo-feira CREAPYME incubadora, acelerador e várias instituições estavam ligadas em apoio RED SME Incubadora de rede, o Conselho Nacional do empreendedorismo. Estes números são novos no país, estabeleceram papéis, procurando responder às necessidades específicas que possam ter as empresas de acordo com seu nível de desenvolvimento e maturidade, estabeleceram requisitos mínimos e outras características próprias.

- O SME Expo é um meio de divulgação e coordenação das partes interessadas no desenvolvimento e melhoria das PME no país. A atividade tradicional é de 2011 e conta com amplo apoio dos setores público e privado.
- Os CREAPYMES são centros especializados para o desenvolvimento

e consolidação das ideias de negócio de micro, pequenas e médias empresas. Até 2014 foram criados 41 dessas organizações com presença em 38 cantões, dos quais 60% estão localizados fora do GAM.

- As incubadoras têm a intenção de apoiar a consolidação de várias iniciativas de negócios.
- Acelerador de procurar aumentar o desenvolvimento das empresas para entrar em mercados internacionais ou cobrir uma parte maior do mercado nacional.
- Rede de Apoio às PME reúne várias instituições públicas

e privadas dedicadas à formação, educação e apoio financeiro às PME.

- Criado e institucionalizado Costarricense Sistema de Informação Comercial (SIEC) como um meio para o registo oficial de empresas no país e exigência para a concessão de isenções fiscais para as PME. Em 2013 havia registrado 13.165 empresas (MEIC, maio de 2014), no entanto, uma alta porcentagem é listado como inativo.

A tabela a seguir apresenta dados sobre o número de organizações por região pertencentes aos programas promovidos pelo MEIC:

Tabela 1: Número de organizações criadas pela política “Costa Rica Emprende” por tipo de programa e região. 2014

Região / Suporte	Accelerator	Incubadora	Creapyme	Rede apoio pyme			Total
				Educação	Formação	Financeiro	
Central	2	7	16	9	28	25	86
Pacífico Central	0	0	6	4	16	4	30
Huetar Atlántica	0	0	3	3	12	12	30
Brunca	0	0	6	8	20	11	45
Huetar Norte	0	0	6	4	11	13	34
Chorotega	0	0	4	4	21	13	42
Total	2	7	41	32	108	78	267

Fonte: Elaboração própria com dados do MEIC de 2014.

As novas formas criadas ainda não geram um impacto significativo sobre a população-alvo. Isso pode ser associado com: a falta de estatísticas que impede analisar o impacto das ações dessas instituições; má concepção ou nenhuma metodologia de treinamento e linhas de formação comuns em CREAPYMES; a eventual aplicação de Formação Geral fornecido para todas as empresas, independentemente das particularidades da região e / ou empresa; o tempo relativamente curto desde a implementação da política, onde os esforços estão focados na abertura e implementação das organizações.

As instituições criadas ensinam muitas formações que não necessariamente se traduzem em novas empresas formadas. Diferentes instâncias conseguiram fazer 10.052 formações entre 2011 e 2013, 5.460 no ano passado serviços foram gerados. No entanto,

apenas 52 conseguiram consolidar idéias de negócios registrados em todo o país (Ministério do Planejamento, 2014), ou seja, aqueles gerados a partir de treinamento, apenas 1% das pessoas que receberam treinamento criaram seu negócio. A tabela a seguir mostra o ano de treinamento e a implementação de projetos gerados.

Incipiente desenvolvimento do SNI: o quadro regulamentar é criado, a aplicação inicia, mas há pouca cobertura, acesso e impacto.

O quadro regulamentar e a divulgação necessária para iniciar a operacionalização do sistema de incubação Nacional (INS) é estabelecida. “Incubadoras registro manual” (MEIC, 2011) em que os critérios e

Tabela 2: Número de Serviços de Desenvolvimento Empresarial oferecidos pela CREAPYMES por região. 2011-2013

Región	Capacitação			Implementado	Relação Capacitação Implementação
	2011	2012	2013	2013	
Región Chorotega	650	430	337	10	3.0%
Región Huetar Norte	185	168	662	3	0.5%
Región Caribe	235	78	394	18	4.6%
Región Brunca	173	238	637	13	2.0%
Región Pacifico Central	280	218	456	8	1.8%
Región Central(*)	542	1.395	2.974	1	0.0%
Totales:	2.065	2.527	5.460	53	1.0%

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados do MIDEPLAN, 2014

Tabela 3: Incubadoras registradas no Sistema Nacional de Incubação como principais características.

Nome da Instituição	Anos de operação	Empresas participantes	Duração do atendimento	As empresas que foram treinadas
Parque Tec	8	11	Indefinido	25
UNA Incuba	7	14	12 meses	60
Carao Ventures	2	7	4 a 6 meses	10
Parque de la Libertad	1	10	6 a 12 meses	40
AUGE (UCR)	2	10	6 a 12 meses	40
CIETEC	20	10	12 meses	100
U Técnica Nacional	0	0	0	0

Fonte: Autores, com base em informações fornecidas por cada organização.

procedimentos mínimos são descritos para a geração de um conjunto incubadora. A tabela a seguir apresenta as principais características das incubadoras que operam no país.

Os serviços prestados pelas incubadoras são baratos ou mesmo gratuitos para os empregadores. Algumas incubadoras são financiadas pelo Sistema Bancário do Desenvolvimento, sendo totalmente livre da estadia empregador no programa. Outras instituições cobram valores simbólicos as pessoas empreendedores, os valores podem variar entre 40 e 80 mil colones mensal.

O SNI é composto por poucas instituições que incidem sobre a GAM, que tem uma quota limitada para o cuidado do negócio. Todas as instituições do SNI estão localizados nos cantões de GAM, excluir ou limitar de forma significativa a participação

de empresários de outras regiões. As incubadoras existentes juntas têm capacidade para atender cerca de 62 empresários, todos têm prestado serviços para cerca de 275 empresas. A capacidade instalada de SNI é claramente insuficiente para atender à crescente demanda de empresas que necessitam deste tipo de serviços empresariais.

A lógica que opera sob o qual operam incubadoras fazem serviços difícil acesso oferecidos à maioria dos empresários. Os processos de seleção utilizados pelas organizações pertencentes ao SNI são longos e tedioso, com foco em empresas com alto grau de inovação ou diferenciação, estes critérios excluem a grande maioria das empresas e / ou empresários que têm ideias de negócio simples, sem sofisticação ou que bom, que satisfazer estes requisitos e apoio, mas requer mais prontamente. Por exemplo, AUGÉ UCR

abre Processo de Inscrição de candidatos para entrar na incubadora duas vezes por ano, que dura cerca de 2-4 meses, onde eles tomam solicitações, participar de entrevistas e outros processos de seleção que não o fazem dão garantia de que a empresa será escolhido para participar. Outro requisito para acessar os serviços oferecidos pela incubadora, é que o empreendedor deve estar ligado de alguma forma (são alunos, funcionários ou alunos) com a Universidade de Costa Rica.

Diferentes incubadoras aplicam metodologias próprias e não necessariamente fornecer às empresas de rastreamento que eram parte de seus serviços de apoio. Tal como acontece com o CREAPYMES, não existe metodologia comum para homogeneizar o conhecimento ou ferramentas semelhantes sejam aplicados para aumentar a expectativa dos empresários de sucesso. Além disso, devido a falta de recursos não monitora as empresas que concluem os processos de incubação em correcto cumprimento. Não é gerado nem um sistema unificado de avaliação de impacto, que mede a contribuição dos serviços recebidos da incubadora, algo que poderia ajudar significativamente na busca de melhorias metodológicas para o SNI.

Finalmente, seria desejável para gerar uma estatísticas gerais e indicadores para analisar a evolução do sistema que permite ver perfis de entrada e

saída do negócio, e fornecendo valiosos recursos para a geração de pesquisa aplicada nos sujeitos.

Moderadamente PME exportadoras: apesar de seus grandes números, o valor das exportações são geralmente instáveis e pouco.

A política de Embarque Costa Rica tem um impacto muito limitado no setor de exportação. Embora a política pública incorpora um ponto específico para a “promoção de empresas para exportar” pode ser visto o impacto limitado que isso teve em conseguir incentivar as relações internacionais em MPMEs. Há um amplo setor exportador MPMEs em quantidade, mas ligados a setores que geram baixo valor agregado em 2013, estavam ligadas principalmente ao plásticos, metalurgia, indústria química e agricultura. De 2009 até 2013, enquanto a implementação de políticas públicas, a taxa de crescimento do número de micro e pequenas empresas capazes de exportação diminuiu significativamente, por exemplo, entre 2010 e 2011 cresceu 5% entre 2011 e 2012, aumentou em 47 empresas (2%) e entre 2012 e 2013 aumentou em 4 empresas, ou seja, cresceu marginalmente de 0,2%. (PROCOMER, 2013)

A maioria das empresas exportadoras do país são as MPMEs. Entre 2009 e 2013, as micro, pequenas e

médias empresas representam, em média, 80% das empresas exportadoras. Em 2013 havia 2.470 empresas que exportam os seus produtos para o resto do mundo, dos quais 2.000 foram MPMEs. (PROCOMER, 2010, 2011, 2012, 2013).

MPMEs geram pouco valor acrescentado, mas tem uma diversificação de mercado significativo. Em média, três quartos das empresas de exportação (MPMEs) pouco explicado de 15% do valor das exportações. Ou seja, 19% das empresas exportadoras são grandes e geraram 85% do valor das exportações entre 2009 e 2013. As PME fazem comércio com vários países em regiões como a América Latina, América do Norte, Ásia, União Europeia, América do Sul e Caribe. Os projetos de maior valor agregado são negociadas com

a União Europeia 23% (do valor exportado total), 19% da América do Sul e América Central e do Caribe, com 18%. (PROCOMER, 2010, 2011, 2012, 2013).

PME exportadoras são instáveis e moderadamente bem sucedido na exportação. Segundo Index Sucesso Exportador, entre 2009 e 2013, em média, 71% das PME estão entre a categoria de regular, moderadamente bem sucedido. Apenas 20% é classificado como altamente bem sucedido no mesmo período. MPMEs são muito instáveis e e pouco constantes na exportação, tais como variações na quantidade do total de empresas de exportação foram explicados em 88%, devido a alterações no número de MPMEs em 2013 A tabela a seguir mostra o índice de sucesso das exportações:

Tabela 4: Resultados da taxa de crescimento e taxa de exportadores. 2009-2013

	Empresas de acordo com índice da exportação				Taxa de crescimento		
	2009	2010	2011	2012	2009-2010	2010-2011	2011-2012
Regularmente sucedida	42%	17%	29%	33%	-58%	75%	14%
Moderadamente sucedida	37%	44%	36%	46%	25%	-16%	28%
Leve sucedida	12%	4%	15%	6%	-65%	284%	-60%
Altamente bem sucedido	9%	35%	20%	15%	308%	-41%	-25%
Total de empresas	1.865	1.957	2.004	2.001			

Fonte: Cálculos dos autores com base em Procomer, 2009; Procomer 2010; Procomer, 2011; Procomer, 2012; Procomer de 2013.

O impacto limitado sobre as PME exportadoras é explicado, entre outros motivos, pelo seguinte:

- A falta de um programa que gerir globalmente o processo de crescimento das PME. As Creapymes dar formação aos empresários, eles não necessariamente se referem às incubadoras, eles têm pouca capacidade para absorver a demanda atual e estão localizados só no Vale Central, todas as empresas estão abandonadas à sua sorte e sua criatividade para emergir depois receber este apoio. Por isso muito poucas que poderiam ter a visão e habilidades para acessar programas que o CADEXCO ou PROCOMER oferece para ajudar as PME a melhorar suas condições de exportação.
- Este programa poderia basear Small Business Development Center -.
- Qualquer programa de treinamento deve começar com a atenção do estágio inicial de internacionalização das empresas, e, em seguida, continuar com a atenção de os pré-requisitos de internacionalização de negócios.
- Falta conselho especializado em assuntos técnicos e de negócios e empresas conselho faltando.
- Melhorar o financiamento para a exportação.

A lei 8634 estabeleceu o Sistema Bancário do Desenvolvimento (SBD) que atribuirá fonte de financiamento clara para manter o seu funcionamento. A lei foi aprovada em 10 de abril de 2008 e, entre outras coisas, quatro fundos de financiamento para apoiar as MPMEs. Estabelece Fundo Nacional do Desenvolvimento (FINADE) buscando apoio com empréstimos, garantias e treinamento; Fundos para Financiamento do Desenvolvimento (FOFIDE) que leva de 5% dos lucros do banco público que são destinados ao financiamento de atividades produtivas; Fundos de crédito para o Desenvolvimento, financiamento com o banco chamado “pedágio”; e gasta 15% do Instituto Nacional de Capacitação de formação em orçamento de programas de capacitação. Além disso, outros fundos detidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Misto de Assistência Social (IMAS) e outras instituições destinadas a empresas que desenvolvem.

A tabela a seguir mostra a composição dos fundos que estão disponíveis para SBD em junho de 2012:

Tabela 5: Disposição de recursos e composição dos fundos SBD.
- milhões colones-

Fundo	Activos	Pasivos	Patrimonio
FINADE	95,426	1,244	94,182
FCD	224,779	223,634	1,145
FOFIDE	17,696	-	17,696
Total	337,901	224,878	113,024

Fonte: BCCR, 2013

Uma maior quantidade de MPMEs têm sido associados ao sistema financeiro nacional, mais isso é mais sensível aos programas de crédito com os bancos públicos que ao SBD. O SBD ainda não tem uma participação maior no financiamento ou concessão de garantias - garantias para as empresas. Gutierrez et ai. (2011) sugere que é necessário para gerar uma regulamentação específica que permite selecionar a melhor maneira de apoiar o projeto. Também exige requisitos mais acessíveis exigidas das MPMEs para ser dignos de crédito, com a concessão de um aval da SBD.

Segundo BCCR (2013) 66% dos recursos da SBD não ser utilizável. O problema da não-aplicação dos recursos pode ser atribuída a dois níveis de ação: primeiro melhorias na gestão, administração e requisitos para o acesso aos recursos SBD; preparação, formação e melhoria das condições de negócios internos para acessar esses recursos.

A maioria das MPMEs não cumprem os requisitos estabelecidos para o acesso a esses recursos. De acordo com o relatório do Estado da Nação (2013), que as principais razões para que os empréstimos e garantias para as empresas é, por violação das condições (21%), seguido pela capacidade de pagamento (13%) rejeita a história de crédito (13%), falta de garantia (12%), a qualidade da informação financeira (7%). Você precisa entender as condições do negócio, para visualizar a flexibilidade e requisitos de acesso ao dinheiro disponível para melhorar as condições de MPMEs no país.

Deverá fortalecer ainda mais os programas e as instituições de formação de visita disponíveis para o país. Embora os serviços prestados pela SBD alcançar maior eficiência e requisitos, é necessário reforçar as competências e competitividade das empresas nacionais. O crédito por si só não resolve os problemas estruturais disponíveis para as empresas, você precisa fornecer o

treinamento no uso dos recursos e melhorar a competitividade internacional da empresa, a fim de aumentar o impacto positivo que poderia ter injeção de recursos novos para a empresa através de um empréstimo.

Deve fazer progressos significativos na concepção e implementação de programas para fornecer capital de risco e empresas sementes. A maior parte dos recursos SBD estão focados em empréstimos, garantias para MPMEs em operação ou ter garantias hipotecárias disponíveis. Poucos recursos são usados para fornecer os recursos financeiros necessários para iniciar um negócio sob a lógica do capital semente, não reembolsável ou dinheiros condições favoráveis para o empreendedor. À venda se o programa IMAS chamado “idéias produtivas” oferecendo dinheiro não reembolsável para as pessoas em vulnerabilidade para que eles possam iniciar ou reforçar a sua empresa.

Capacidade nacional incipiente para gerar empresas ligadas à inovação e desenvolvimento tecnológico

O Desenvolvimento econômico sustentado de um país requer sua estrutura produtiva adote tecnologias mais eficientes e desenvolver produtos de valor agregado mais sofisticados e superior. Para isso, é necessário que o parque empresarial da economia ter a inovação como o

pilar mais importante em seus processos e gestão.

Na Costa Rica, a maioria das empreendimentos e as empresas não internalizaram a inovação e melhoria tecnológica na sua função de produção. De acordo com um estudo do Parada et al (2010) nos processos têxteis, indústria gráfica e de artesanato; as técnicas utilizadas são as técnicas tradicionais que aprendeu á vários anos, que trabalham manualmente com pouco apoio de equipamentos, máquinas e ferramentas. Além disso, de acordo com Chaves et al (2012) não existe na Costa Rica, que incorpora um cluster de empresas ligadas ao setor de tecnologia, apesar do potencial do cantão de San José para desenvolver um, se conseguirem articular instituições esforços de apoio.

As condições para o surgimento de empreendimentos relacionados com a inovação eo desenvolvimento tecnológico são muito limitados em Costa Rica. O Índice de Inovação 2014 indica que o maior número de pontos é o país marcou 66,7 em cada 100 no componente institucional, com uma classificação desfavorável para uma economia que tem como objetivo desenvolver e fazer o salto para a transição para os níveis de renda maior per capita. Mais delicada é ainda pior é a área onde o país está em capital humano e pesquisa, que é o calcanhar de Aquiles da Política “Costa Rica Empreende”.

Tabela 6: Pontuação e posição geral da Costa Rica no Índice de Inovação Mundial

Componente	Pontos (0 – 100)	posição Global
instituições	66.7	56
Capital Humano e Pesquisa	25	87
Infraestrutura	38.1	64
Desenvolvimento de Mercado	40.7	121
Desenvolvimento de Negócios	35.9	47
Produção e Tecnologia do Conhecimento	30.3	57

Fonte: Relatório sobre o Índice de Inovação Global 2014

O financiamento das atividades de inovação é outra área em que a Política de empreendimentos é uma política pobre. O fundo Propyme é apresentado pelo maior grau de divulgação entre empresas e MPMEs; No entanto, os 17% que conhecem sua existência apenas 17,5% aplicada para se qualificar

para os fundos, dos quais 72,7% foram capazes de aceder a fundos e 27,3% daqueles que se candidataram nunca foram capazes de obter tais financiamentos. Incubadoras são os mecanismos que têm trabalhado menos para financiar atividades inovadoras nas empresas.

Tabela 7: Percentagem de empresas que sabem postulados e concordaram em diferentes fontes de financiamento para atividades de inovação. 2011-2012

Fontes de Financiamento	Conheça	Postulou	Concordou		
			Antes 2010	2011-2012	Nunca
Propyme (MICIT)	17.1	17.5	36.4	36.4	27.3
Fodemipyme (BPDC)	16.2	16.9	26.7	20.0	53.3
Fundo Especial de Desenvolvimento (BPDC)	8.4	8.8	0.0	33.3	66.7
Os fundos do subsídio - governos e agências internacionais	8.1	25.0	16.7	33.3	50.0
Incubadoras públicas	7.9	6.7	0.0	0.0	100.0

Fonte: FODEMIPYME. (2013)

Conclusões e Recomendações

O desenho da Política Costa Rica Empreende tem uma lógica coerente de orientação filosófica com as prioridades estratégicas direito em sua concepção e de forma agregada para responder às principais preocupações das empresas no país. No entanto, têm uma capacidade limitada de interação mútua e dá uma tratamento incompleto para os problemas identificados, pelo que não garante um impacto real na competitividade das empresas empreendedoras.

Emprende Costa Rica alcançou progressos significativos na simplificação dos procedimentos que afeta positivamente os índices para medir a competitividade do país e realizou progressos na concepção e implementação de valores organizacionais de apoio MPMEs no país. No entanto, você pode melhorar o impacto sobre as MPMEs para articular melhor as funções e processos das figuras criadas (CREAPYME, incubadoras, aceleradores) as seguintes oportunidades de melhoria são apreciados:

- A falta de uma metodologia comum de que as instituições criadas são dadas.
- A falta de uma agência líder em articular experiências e sistematização de práticas que dão

diretrizes gerais e ligação entre as entidades que prestam serviços de apoio.

- A falta de um sistema para gerar e monitorar indicadores atendidos pelas organizações.
- Não existe um processo para monitorar indivíduos que recebem apoio institucional nem uma estrutura lógica que permite que os processos subsequentes ligam formação (CREAPYME-Incubadora-Accelerator).
- O desenvolvimento limitado de empresas exportadoras é, em parte devido à falta de um programa abrangente para desenvolver e vincular estágios iniciais de um produto com potencial de exportação.

Requer serviços integrados de treinamento, instrumentos financeiros e instituições que o país gerados pela legislação em vigor e as políticas públicas para melhorar o impacto da política pública de apoio para os empresários e as MPMEs no país. Forma contrária continuará agindo de forma tão desarticulada, vai avançar a velocidades diferentes e será pouco provável que gerar uma estrutura organizacional para apoiar de forma abrangente o processo de desenvolvimento das empresas no país. A política tem um sucesso limitado em termos de impacto da internacionalização dos negócios,

a ligação a fontes de financiamento e desenvolvimento de processos de inovação. Para avançar na direção certa é necessário para melhorar a concentrar esforços conjuntos e projetar um processo abrangente que apoiar as empresas em cada um dos estágios de desenvolvimento empresarial. A fim de melhorar os resultados que você está recebendo a política de Empreende Costa Rica devem fazer esforços nas seguintes áreas de atuação:

- Realizar um estudo aprofundado de metodologias e melhores práticas que estão sendo implementadas em CREAPYMES, Aceleradores e Incubadoras de levantar módulos comuns, processos articulares, construir um banco de dados dos usuários, gerar estatísticas atualizadas, e buscar oportunidades para troca de experiências e articulações entre os órgãos responsáveis para operacionalizar o apoio às PME no país.
- Entender e compreender as condições de MPMes para se adaptar à realidade complexa dos requisitos que se aplicam ao acesso a serviços de apoio, se a aceleração média-incubação formação financeira ou de empresas.
- Consolidar um sistema de estatísticas oficiais para medir o impacto da implementação da presente ou futura política pública, a população negócio.
- Entender e compreender a adaptar o método de Small Business Development Center para a realidade da Costa Rica. Esta metodologia tem provado ser muito bem sucedido em países onde é aplicado, de modo que poderia ser considerado para a implementação no país para garantir a concepção de empreendimentos de políticas públicas 2014-2018.

Bibliografia

- Banco Mundial (2013). Donig Business 2013. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento / Banco Mundial. Washington, DC
- Chaves y otros (2012). Estudio de viabilidad de la creación de un clúster tecnológico en el cantón central de San José. Municipalidad de San José. Costa Rica
- Chigunta, Francis; College, Wolfson (2002). Youth Entrepreneurship: Meeting the Key Policy Challenges. Oxford University, England
- Estado de la Nación (2013). Políticas de apoyo a la Pyme: a diez años de la ley 8262. Programa del Estado de la Nación. Costa Rica.
- Ferguson, P. R., & Ferguson, G. J. (1994). Industrial Economics. London: The Macmillan Press LTD.
- FODEMIPYME. (2013) Informe de Resultados de FODEMIPYME,

- período 20013-2012. Costa Rica: Banco Popular y de Desarrollo Comunal.
- GEM (2010). Global Entrepreneurship Monitor: 2010 Global Report. Global Entrepreneurship research Association (GERA).
- GEM (2012). Global Entrepreneurship Monitor: 2012 Global Report. Global Entrepreneurship research Association (GERA).
- Greene, Francis. J (2005) Evaluating Youth Entrepreneurship: the Case of the Prince's Trust, University of Warwick
- Gutiérrez (2011). Informe de la Comisión Evaluadora del Sistema de Banca para el
- Ley N° 8262: Ley de fortalecimiento de las pequeñas y medianas empresas
- MEIC (2010). Política pública: Costa Rica Emprende. Ministerio de Economía Industria y Comercio. Costa Rica
- MEIC (2011). Manual de registro de incubadoras. Ministerio de Economía Industria y Comercio. Costa Rica.
- MEIC (mayo, 2014). El estado de situación de las Pymes en Costa Rica 2013. Ministerio de Economía Industria y Comercio. Costa Rica.
- MIDEPLAN (2014). Informe anual de cumplimiento de metas del Plan Nacional de Desarrollo 2013. Ministerio de Planificación. Costa Rica.
- MIEC (2014). Recuperado de la página <http://www.pyme.go.cr/> el 25 de mayo de 2014.
- Ministerio de Hacienda (2012). Ley 9024 Impuesto a Sociedades Jurídicas. Ministerio de Hacienda. Costa Rica.
- OMPI (2014). Índice Mundial de la Innovación: el factor humano en la innovación. OMPI – Cornell University – INSEAD.
- Parada y otros (2010). Uso y adopción tecnológica en el sector textil, procesos artesanales e industria gráfica en las mipymes de Costa Rica. UNA-INA. Costa Rica
- PROCOMER (2010). Estadísticas de comercio exterior de Costa Rica 2010. Promotora de Comercio Exterior. Costa Rica.
- PROCOMER (2011). Estadísticas de comercio exterior de Costa Rica 2011. Promotora de Comercio Exterior. Costa Rica.
- PROCOMER (2012). Estadísticas de comercio exterior de Costa Rica 2012. Promotora de Comercio Exterior. Costa Rica.
- PROCOMER (2013). Estadísticas de comercio exterior de Costa Rica 2013. Promotora de Comercio Exterior. Costa Rica.
- Russell S. Sobel and Joshua C. Hall (2006). The sources of economic growth. UNLEASHING CAPITALISM. Estados Unidos.
- UNED. (2019). Estado Nacional de las MIPYMES 2009. Universidad Estatal a Distancia. Costa Rica